

PRESENTE-SE!

“Expandir o presente e contrair o futuro!” É assim que Boaventura Souza Santos¹ (2006, p.95) proclama a defesa de outras (diversas e múltiplas) espaço-temporalidades que avancem para além da razão ocidental estritamente científica, baseada em uma única totalidade, que pretende de forma perversa transformar o presente num instante fugidío, entrincheirando-o entre o passado e o futuro. Para o pensador, a “contração do presente esconde, assim, a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais no mundo.” (SANTOS, 2006, p.101).

“Expandir o presente” a partir de novos modos de atuar junto à sociedade brasileira no sentido de trabalhar coletivamente para a diminuição das desigualdades sociais é urgente! Neste sentido, afirma-se a importância de fortalecer e ampliar as redes que envolvem um debate sistemático sobre o papel da extensão nas universidades públicas. Relembrando que foi através da PNEU² – Política Nacional de Extensão Universitária –, e de suas Diretrizes de Extensão, formuladas pelo FORPROEX em Manaus (2012), que nosso trabalho acadêmico em prol de uma sociedade mais justa e democrática se concretizou de forma ampla, abrindo caminho para diversas políticas de extensão nas universidades públicas de todo o país.

Infelizmente, em situação conjuntural muito diferente da qual passávamos em 2012, vivemos atualmente um momento de forte crise econômica que vem justificando cortes orçamentários por parte do Governo Federal. O momento é grave para quem lida com extensão. Entende-se que é de extrema importância retomar com ênfase o debate que envolva investimento em políticas que garantam a continuidade de ações acadêmicas relativas aos direitos humanos e sociais historicamente conquistados, assim como preparação de atividades que possam colaborar com a distribuição de renda e riqueza.

Boaventura apontava em 2004 a importância da Extensão Universitária como modelo alternativo ao processo de globalização desigual e excludente:

“A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.” (Boaventura de Souza Santos, 2004).

1 Boaventura de Souza Santos é uma das referências mais importantes para a extensão brasileira e latino americana nos últimos 20 anos. Seu pensamento atravessa todo a Política Nacional de Extensão (PNEU). Ver: <file:///Users/natacharena/Downloads/PNEU%20(5).pdf>. Acesso em 29 de julho de 2019.

2 Sobre o PNE: “O Plano Nacional de Educação (PNE). Lei nº 13.005/2014, é um instrumento de planejamento do nosso Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públi-

O texto supracitado abre como epígrafe o documento oficial da PNEU, publicada em tempos nos quais era visível a ampliação de iniciativas de investimento de tecnologia social via vastos recursos do Governo Federal para a prática extensionista. Um bom exemplo a ser lembrado aqui é o ProExt – Programa de Extensão Universitária – que tinha como objetivo apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuíssem para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o Proext abrangia a extensão universitária com ênfase na inclusão social que envolvia diretamente diversos Ministérios, Instituições Públicas. Atualmente, passamos por um momento muito delicado para a economia nacional, que vem evidenciando os múltiplos ataques neoliberais (com fortes tendências anti-democráticas) em diversos setores, principalmente no setor público. Sendo assim, vale destacar os 15 objetivos que definem as Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária (PNEU) para que não nos esqueçamos do compromisso com as funções sociais importantes relativas à Universidade Pública:

1. reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
2. conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional;
3. contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País;
4. conferir maior unidade aos programas temáticos que se desenvolvem no âmbito das Universidades Públicas brasileiras;

cas do setor. Neste novo texto, fruto de amplos debates entre diversos atores sociais e o poder público, estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis – infantil, básico e superior – a serem executados nos próximos dez anos.” Em quatro Metas do PNE, a extensão surge como fundamental no processo de democratização do ensino no Brasil, basta observar as metas e os itens: (i) “Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional”, no item “9.11. Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os(as) alunos(as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população”; (ii) “Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público”, no item “12.7. assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”; (iii) “Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores”, no item “14.10. promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão”.

Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017>. Acesso em 29 de julho de 2019.

5. estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade;
 6. criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
 7. possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País;
 8. defender um financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos;
 9. priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição da renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho;
 10. estimular a utilização das tecnologias disponíveis para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;
 11. considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
 12. estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista;
 13. tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;
 14. valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade;
 15. atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latinoamericana.
- (PNEU, 2012).

Estes objetivos supracitados nunca foram tão importantes quanto são hoje! No momento em que foi publicada e aprovada a PNEU, vivíamos praticamente uma situação de pleno emprego, com políticas sociais que garantiam o mínimo de dignidade às classes sociais mais vulneráveis no país. Os dados que demonstram o avanço das políticas de inclusão são inúmeros e inegáveis: o país saiu do Mapa da Fome, por exemplo. O relatório do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - (apresentado em março de 2017) destacava “que o país conseguiu tirar 29 milhões de pessoas da pobreza no período entre 2003 e 2013, mas apresentou um crescimento do índice entre 2014 e 2015, com 4 milhões de pessoas in-

gressando nessa faixa.” (SAMPAIO, 2017).

Após uma década de grandes avanços sociais, assistimos, desde 2014, mas, principalmente desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, o aumento alarmante da pobreza e da desigualdade no Brasil. Sejam os dados envolvendo IDH, sejam dados envolvendo outros indicadores sociais, tudo indica um retrocesso em termos de ampliação da desigualdade social no Brasil. É neste sentido que precisamos ligar o sinal de alerta máximo com relação à atuação das universidades públicas e, conseqüentemente, com relação ao financiamento adequado para dar-mos continuidade ao avanço do trabalho extensionista junto às populações em estado de vulnerabilidade social já que o Brasil é considerado o décimo país do mundo em termos de desigualdade de renda como aponta o relatório do PNUD³:

Entre os elementos de destaque, o documento demonstra que, apesar de ter ocorrido uma redução de 35% para 11% da extrema pobreza nos últimos 25 anos, o planeta ainda tem 766 milhões de pessoas vivendo com menos de 1,90 dólares por dia. Enquanto isso, 1% da população mais abastada do globo concentra 46% da riqueza mundial. Os dados se referem a estatísticas de 2015 (...) No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mensurado em 188 países, o Brasil permanece na 79ª posição no ranking, com índice de 0,754. De acordo com Bolzon, esse dado coloca o país na categoria de alto desenvolvimento humano. Do total do globo, 159 países subiram de posição, 13 caíram e 16 estagnaram em 2015, como Brasil, Argentina, Chile, Bolívia e México. O IDH toma como base de referência os dados de saúde, conhecimento e padrão de vida da população. Ao lado do Equador, o Brasil apresentou o maior crescimento de IDH na América do Sul entre os anos de 2010 e 2015, tendo saltado sete posições no ranking nesse intervalo de tempo. Numa escala de 25 anos, considerando o período entre 1990 e 2015, o crescimento percentual do país no IDH foi de 23,4%. (SAMPAIO, 2017)

Mas não é somente sobre o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - que devemos nos debruçar! Segundo matéria divulgada no Blog do IBRE - Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas -, a desigualdade no mercado de trabalho aumentou pelo décimo sétimo trimestre consecutivo, alcançando no primeiro trimestre de 2019 seu maior nível em pelo menos sete anos. O coeficiente de Gini⁴ - , que mede a renda do trabalho per capita, alcançou 0,627, o maior patamar da série histórica iniciada em 2012⁵, o que evidentemente aumenta revela o aumento da desigualdade social no país:

As oscilações na relação entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres indicam que desde novembro de 2015 essa desigualdade vem subindo. De acordo com o levantamento, a variação acumulada real da renda média entre os mais ricos (10% da população) e os mais pobres (40% da população) mostra que, no período pré-crise (até 2015), os mais

3 Matéria realizada em março de 2017 pelo Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/21/brasil-esta-entre-10-paises-mais-desiguais-do-mundo-aponta-pnud/>>. Acesso em 29 de julho de 2019.

4 Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini. Pode ser usado para qualquer distribuição embora seja comumente utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda e riqueza.

5 O índice GINI representa a desigualdade (entre 0 e 1) e quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/levantamento-do-fgv-ibre-aponta-desigualdade-recorde-na-renda-do-trabalho>>. Acesso em 29 de julho de 2019.

ricos tiveram aumento real de 5% e os mais pobres, o dobro, 10%. Depois do pós-crise, a renda acumulada real dos mais ricos aumentou 3,3% e a dos mais pobres caiu mais de 20%. Observando-se toda a série histórica, desde 2012, a renda real acumulada dos mais ricos aumentou 8,5% e a dos mais pobres caiu 14% de acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. (FGV- IBRE, 2019).

Como sabemos, são os pobres que sempre sentem mais o impacto da crise econômica pela qual passa um país, ainda mais quando a crise assola países periféricos do capitalismo global como o Brasil. Trata-se da divisão internacional do trabalho adotada pela lógica geopolítica, sempre comandada por forças hegemônicas economicamente. Aumenta-se a espoliação e o avanço das políticas neoliberais que convocam austeridade e temos um aumento da pobreza e da desigualdade. Sabemos que em momentos de crise econômica é preciso investir em desenvolvimento com garantias de distribuição de renda e riqueza, portanto, evocamos a importância histórica da Extensão Universitária no sentido de não adiar para o futuro o trabalho ativo e altivo com a sociedade e sua população mais vulnerável.

É urgente a mobilização dos pesquisadores, técnicos, estudantes, professores, gestores que fazem parte da Universidade Pública para atuação organizada em defesa das instituições públicas e isto requer disputar o orçamento das IFs, principalmente com relação ao financiamento de Programas e Projetos de Extensão. Estes evidentemente não envolvem o interesse da iniciativa privada, mas sim, o interesse público, social, soberano e democrático. A criação e a ampliação de redes e plataformas que agenciem uma integração perene entre pesquisadores, extensionistas, Estado, coletivos, movimentos sociais e populares, faz-se mais urgente do que nunca e a Revista Interfaces pretende ser mais um ator atuando em redes solidárias no sentido de produzir mais justiça social e mais democracia. É urgente realizar agora o que não pode ser deixado para depois: Presente-se!

Natacha Rena
Editora Chefe da Interfaces – Revista de Extensão UFMG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUQUE, Daniel. Levantamento do FGV IBRE aponta desigualdade recorde na renda do trabalho. Blog do IBRE - Instituto Brasileiro de Economia - da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/levantamento-do-fgv-ibre-aponta-desigualdade-recorde-na-renda-do-trabalho>>. Acesso em 29 de julho de 2019.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. 2017. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 29 de julho de 2019.

SAMPAIO, Cristiane. Brasil está entre 10 países mais desiguais do mundo, aponta PNUD. Brasil de Fato. 21 de Março de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/21/brasil-esta-entre-10-paises-mais-desiguais-do-mundo-aponta-pnud/>>. Acesso em 29 de julho de 2019.

SANTOS, Boaventura S. A gramática do tempo. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).